

# PROPOSTA DE ATUALIZAÇÃO DO REGULAMENTO ELEITORAL



**Osvaldo Pereira Caproni**  
Presidente do Conselho de Administração

**Luis Carlos Spaziani**  
Diretor Administrativo Fianciero

**Dioraci José de Paula**  
Diretor de Negócios

## **1. Principais pontos da Propostas de Alteração**

- Exclusão do Conselho Fiscal, conforme autorizado pelo disposto no art.6º, §2º, inciso I, da Lei Complementar 130, de 2009, alterada pela LC 196, de 2022;
- Ajustes gerais no texto, em consonância com o modelo padrão do Sicoob.

REGULAMENTO ELEITORAL VIGENTE	PROPOSTA ALTERAÇÃO	ALTERAÇÕES
<b>TÍTULO I</b>	<b>TÍTULO I</b>	
<b>DO OBJETIVO</b>	<b>DO OBJETIVO</b>	
<b>Art. 1º</b> Este Regulamento tem como objetivo disciplinar a organização e a condução do processo eleitoral para preenchimento dos cargos do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, de forma a complementar ao Estatuto Social e em consonância à legislação vigente aplicável.	<b>Art. 1º</b> Este Regulamento tem como objetivo disciplinar a organização e a condução do processo eleitoral para preenchimento dos cargos do Conselho de Administração <del>e do Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito Credlíder - Sicoob Credlíder</del> , de forma <del>a</del> complementar ao Estatuto Social e em consonância à legislação <del>vigente aplicável e regulamentação em vigor</del> .	
<b>TÍTULO II</b>	<b>TÍTULO II</b>	
<b>DA ORGANIZAÇÃO GERAL PROCESSO ELEITORAL</b>	<b>DA ORGANIZAÇÃO GERAL PROCESSO ELEITORAL</b>	
<b>CAPÍTULO I</b>	<b>CAPÍTULO I</b>	
<b>DO INÍCIO DO PROCESSO ELEITORAL</b>	<b><del>DO INÍCIO DO PROCESSO ELEITORAL DAS DISPOSIÇÕES GERAIS</del></b>	
<b>Art. 2º</b> A Comissão Eleitoral será constituída com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias da Assembleia Geral Ordinária, na forma prevista no Capítulo II deste Título.	<b>Art. 2º</b> <del>A Comissão Eleitoral será constituída com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias da Assembleia Geral Ordinária, na forma prevista no Capítulo II deste Título.</del> O processo eleitoral, as condições de ocupação e as questões relacionadas à inelegibilidade para os cargos estatutários da Cooperativa de Crédito Credlíder – Sicoob Credlíder seguem o disposto neste Regulamento, no Estatuto Social, na legislação e regulamentação em vigor, e nos demais normativos internos e sistêmicos.	<b>Alterado para o Artigo 4º</b>
<b>Art. 3º</b> A Comissão Eleitoral, em até 10 (dez) dias após a sua constituição, encaminhará comunicado aos associados, divulgando o calendário eleitoral com todas as informações do processo eleitoral, dentre as quais: I. data, horário e local da votação previstos; II. prazo para registro de chapas/candidaturas; III. documentação exigida para os candidatos; IV. horário para entrega de documentos para o registro;	<b>Art. 3º</b> <del>A Comissão Eleitoral, em até 10 (dez) dias após a sua constituição, encaminhará comunicado aos associados, divulgando o calendário eleitoral com todas as informações do processo eleitoral, dentre as quais: I. data, horário e local da votação previstos; II. prazo para registro de chapas/candidaturas; III. documentação exigida para os candidatos; IV. horário para entrega de documentos para o</del>	<b>Alterado para o Artigo 8º</b>

data provável de nova eleição, em caso de empate entre os concorrentes.	<del>registro;</del> <del>data provável de nova eleição, em caso de empate entre os concorrentes.</del> A Assembleia Geral será convocada na forma do Estatuto Social e da legislação em vigor.	
<b>Parágrafo único.</b> Para garantir a efetiva publicidade do processo eleitoral, o comunicado disposto no <i>caput</i> estará afixado nos locais mais frequentados da <i>Cooperativa</i> , será disponibilizado no sítio eletrônico da <i>Cooperativa</i> e encaminhado, por meio físico ou digital, aos associados.	<del><b>Parágrafo único.</b> Para garantir a efetiva publicidade do processo eleitoral, o comunicado disposto no <i>caput</i> estará afixado nos locais mais frequentados da <i>Cooperativa</i>, será disponibilizado no sítio eletrônico da <i>Cooperativa</i> e encaminhado, por meio físico ou digital, aos associados.</del>	Alterado para o Parágrafo único do Artigo 8º
<b>Art. 4º</b> A Assembleia Geral Ordinária será convocada na forma do Estatuto Social e da legislação em vigor.	<del><b>Art. 4º</b> A Assembleia Geral Ordinária será convocada na forma do Estatuto Social e da legislação em vigor.</del>	Alterado para o Artigo 3º - inciso V
<b>CAPÍTULO II</b>	<b>CAPÍTULO II</b>	
<b>DA COMISSÃO ELEITORAL</b>	<b>DA COMISSÃO ELEITORAL</b>	
<b>Art. 5º</b> O Conselho de Administração constituirá a Comissão Eleitoral, a qual se encarregará da organização e coordenação do processo eleitoral, bem como da realização dos exames dos pedidos de registro de chapas ou de candidaturas e da análise das impugnações.	<del><b>Art. 5º</b></del> <b>4º</b> O Conselho de Administração, com a antecedência de 60 (sessenta) dias da Assembleia Geral Ordinária, constituirá a Comissão Eleitoral formada por cooperados, observando o disposto no art. 5º, a qual se encarregará da organização e coordenação do processo eleitoral, bem como da realização dos exames dos pedidos de registro de chapas ou de candidaturas e da análise das impugnações.	
<b>Art. 6º</b> A Comissão Eleitoral será composta por 3 (três) membros, todos empregados da cooperativa, onde um presidirá a Comissão, e pelo menos um Secretário, para o registro dos trabalhos.	<del><b>Art. 6º</b></del> <b>5º</b> A Comissão Eleitoral será composta por 3 (três) membros, todos empregados da cooperativa, onde um presidirá a Comissão, e pelo menos um Secretário, para o registro dos trabalhos.	
	<b>§ 1º</b> As reuniões da Comissão Eleitoral realizar-se-ão com a presença de todos os integrantes, sendo que suas deliberações serão tomadas por maioria simples de votos e constarão de ata.	
	<b>§ 2º</b> Na hipótese de vacância que impossibilite o funcionamento da Comissão, o Conselho de Administração designará substituto(s).	
	<b>§ 3º</b> Não será devida qualquer remuneração aos membros da Comissão Eleitoral.	
<b>Art. 7º</b> Nenhum membro da Comissão Eleitoral poderá ser candidato a cargo eletivo.	<del><b>Art. 7º</b></del> <b>6º</b> Nenhum membro da Comissão Eleitoral poderá ser candidato a cargo eletivo.	

<p><b>Art. 8º</b> A Comissão Eleitoral apresentará à Assembleia Geral, anteriormente à votação, o relato das atividades desempenhadas, os eventuais problemas identificados, as impugnações propostas e avaliadas, bem como os recursos porventura existentes para serem deliberados pela Assembleia Geral, nos termos do art. 26 deste Regulamento Eleitoral.</p>	<p><b>Art. 8º</b> <del>A Comissão Eleitoral apresentará à Assembleia Geral, anteriormente à votação, o relato das atividades desempenhadas, os eventuais problemas identificados, as impugnações propostas e avaliadas, bem como os recursos porventura existentes para serem deliberados pela Assembleia Geral, nos termos do art. 26 deste Regulamento Eleitoral.</del> São atribuições da Comissão Eleitoral na condução dos trabalhos relativos à eleição dos membros do Conselho de Administração:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>I. coordenar as atividades do processo eleitoral e conduzi-lo na Assembleia Geral, observando o disposto no Estatuto Social e neste Regulamento;</li> <li>II. certificar-se dos prazos de vencimento do mandato dos conselheiros em exercício e do número de vagas existentes;</li> <li>III. divulgar o calendário eleitoral aos associados com todas as informações do processo eleitoral;</li> <li>IV. receber os requerimentos de pedido de registro das chapas/da candidatura, documentos obrigatórios e comprovação da capacidade técnica, observando se foram entregues no prazo, bem como analisar a legitimidade da documentação apresentada;</li> <li>V. verificar a adequação do perfil do(s) candidato(s) e se estes preenche(m) os requisitos legais, estatutários, regulamentares e as demais exigências descritas nos normativos internos e sistêmicos para ocupação de cargos estatutários;</li> <li>VI. registrar as candidaturas das chapas, até 20 (vinte) dias antes das eleições;</li> <li>VII. divulgar as chapas concorrentes, fixando-as em locais de fácil acesso aos associados, na sede da cooperativa, em todos os PAs e no site da cooperativa;</li> <li>VIII. resolver as impugnações, na forma do disposto neste Regulamento;</li> </ol>	<p><b>MODELO PADRÃO CCF</b></p>
--	---	---------------------------------

	<p>IX. solucionar os casos omissos ou as questões de ordem que surjam durante a votação;</p> <p>X. encaminhar ao Conselho de Administração as chapas/candidaturas a cargos estatutários com a devida documentação para o envio à assembleia geral;</p> <p>XI. vistar o verso das cédulas de votação e realizar a entrega destas à Mesa coletora dos votos, na Assembleia Geral em que ocorrerem as eleições, quando a votação não se der por meio eletrônico;</p> <p>XII. apresentar à Assembleia Geral, antes da votação, no formato definido pela Comissão, o relato das atividades desempenhadas, os eventuais problemas identificados, as impugnações propostas e avaliadas, as chapas e/ou os candidatos inscritos, bem como os recursos porventura existentes para serem deliberados pela Assembleia, nos termos do art. 26 deste Regulamento;</p> <p>XIII. acompanhar a apuração e proclamar os resultados das eleições;</p> <p>XIV. zelar pela organização do processo eleitoral e manter sob sua guarda, durante o processo eleitoral, os seguintes documentos:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>a) Estatuto Social e Regulamento Eleitoral da Cooperativa;</li><li>b) Edital de Convocação da eleição;</li><li>c) cópia dos requerimentos de registro das chapas, declarações emitidas pelos candidatos, fichas de qualificação individual e demais documentos obrigatórios apresentados na inscrição, incluindo a proposta de trabalho da chapa/candidatura;</li><li>d) cópia das Atas da Comissão Eleitoral e de eventuais recursos interpostos;</li><li>e) listagem dos associados em condições de votar;</li><li>f) cédulas de votação, caso a eleição não ocorra por meio eletrônico;</li></ul>	
--	---	--

	XV. fornecer, por meio da Cooperativa, à Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo – Sicoob São Paulo, todas as informações e os documentos necessários à verificação dos critérios de elegibilidade dos candidatos.	
<b>CAPÍTULO III</b>	<b>CAPÍTULO III</b>	
	<b>DA DIVULGAÇÃO DO PROCESSO ELEITORAL</b>	
	<p>Art. 8º O processo eleitoral para ocupação dos cargos do Conselho de Administração será realizado por meio do registro de chapas. A Comissão Eleitoral, em até 10 (dez) dias após a sua constituição, encaminhará comunicado aos associados, divulgando o calendário eleitoral com todas as informações do processo eleitoral, entre as quais:</p> <p>I. data, horário, <del>e local da votação previstos;</del> forma de realização e endereço (físico/digital) da votação;</p> <p>II. prazo para pedido de registro de chapas/candidaturas, com data e horário limite;</p> <p>III. documentação exigida para os candidatos;</p> <p>IV. <del>horário para entrega de documentos para o registro</del> em caso de empate será avaliado o critério como desempate a soma da idade e tempo de associação dos integrantes, a chapa que tiver a maior soma de idade e tempo de associação, das pessoas naturais, será a vencedora;</p> <p>V. <del>data provável de nova eleição, em caso de empate entre os concorrentes;</del> indicação do local de disponibilização do Estatuto Social e do Regulamento Eleitoral.</p>	Artigo 3º alterado para 8º
	<b>Parágrafo único.</b> O comunicado previsto no <i>caput</i> estará afixado na sede da Cooperativa, nos PAs, no sítio eletrônico, bem como por outros meios, físicos ou digitais, que garantam a efetiva publicidade do processo eleitoral aos associados.	
	<b>CAPÍTULO IV</b>	
<b>DAS CHAPAS PARA ELEIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b>	<b>DAS CHAPAS PARA ELEIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b>	

SEÇÃO I	SEÇÃO I	
DA FORMAÇÃO	DA FORMAÇÃO	
<b>Art. 9º</b> O processo eleitoral para ocupação dos cargos do Conselho de Administração será realizado por meio do registro de chapas.	<b>Art. 9º</b> O processo eleitoral para ocupação dos cargos do Conselho de Administração será realizado por meio do registro de chapas <b>formadas por associados pessoa natural.</b>	
<b>§ 1º</b> Não haverá limite quanto ao número de chapas inscritas.	<b>§ 1º</b> Não haverá limite quanto ao número de chapas inscritas.	
<b>§ 2º</b> As chapas serão compostas pelo número de candidatos para o Conselho de Administração, previsto no Estatuto Social, indicando os candidatos para os cargos de Presidente, Vice-Presidente.	<b>§ 2º</b> As chapas serão compostas pelo número de candidatos para o Conselho de Administração, <b>conforme</b> previsto no Estatuto Social, <del>indicando os candidatos para os cargos de Presidente, Vice-Presidente.</del>	
SEÇÃO II	SEÇÃO II	
DO REGISTRO DE CHAPA	DO PEDIDO DE REGISTRO DE CHAPA	
<b>Art. 10º</b> O pedido de registro de chapa para o Conselho de Administração será encaminhado formalmente à Diretoria Executiva, no prazo indicado no comunicado citado no art. 3º deste Regulamento Eleitoral.	<b>Art. 10º.</b> O pedido de registro de chapa para o Conselho de Administração será encaminhado formalmente à <del>Diretoria Executiva, no prazo indicado no comunicado citado no art. 3º deste Regulamento Eleitoral</del> <b>Comissão Eleitoral por meio de requerimento, no prazo indicado no comunicado citado no art. 8º deste Regulamento Eleitoral, acompanhado da proposta de trabalho durante o mandato.</b>	
<b>Art. 11º</b> O pedido de registro de chapa será acompanhado da documentação relacionada no artigo 17 deste regulamento e deve ser assinado por todos os candidatos e endereçado, em duas vias, à sede da Cooperativa.	<b>Art. 11º.</b> O <del>pedido</del> <b>requerimento</b> de registro de chapa <del>será acompanhado da documentação relacionada no artigo 17 deste regulamento e</del> deve ser assinado por todos os candidatos e endereçado, em duas vias, <b>quando físico, à sede da Cooperativa, devidamente acompanhado da documentação exigida para os candidatos.</b>	
	<b>§ 1º</b> O requerimento de registro poderá ser realizado por meio eletrônico, desde que as assinaturas sejam realizadas com certificado digital emitido por Autoridade Certificadora da ICP-Brasil ou conta gov.br com nível de segurança e acesso prata ou ouro, ou, ainda, conforme indicado no comunicado citado no art. 8º deste Regulamento Eleitoral.	



§ 1º Será recusado o registro de chapas que não apresentarem os documentos exigidos no comunicado que rege o processo eleitoral.	§ 1º 2º Será recusado o registro de chapas que não apresentarem os documentos exigidos no comunicado que rege o processo eleitoral, não formalizados adequadamente, ou que tenham sido encaminhados após o encerramento dos prazos de inscrição divulgados pela Comissão Eleitoral.	
§ 2º A Cooperativa manterá pessoa habilitada para atender aos interessados, prestar informações concernentes ao processo eleitoral, receber a documentação e fornecer recibos.	§ 2-3º A Cooperativa manterá pessoa habilitada, com o apoio da Comissão Eleitoral, para atender aos interessados, prestar informações concernentes ao processo eleitoral, receber a documentação e fornecer recibos.	
	§ 4º O requerimento de registro enviado por meio eletrônico deve observar as orientações, os prazos e horários descritos no comunicado divulgado pela Comissão Eleitoral.	
Art. 12º Encerrado o prazo, os pedidos de registro de chapas/candidaturas serão lavrados em termo próprio, consignando, em ordem numérica de inscrição, todas as chapas e os nomes dos candidatos efetivos e suplentes, entregando-o à Diretoria Executiva.	Art. 12º. Encerrado o prazo, os pedidosrequerimentos de registro de chapas/candidaturas serão lavrados em termo próprio, consignando, em ordem numérica de inscrição, todas as chapas e os nomes dos candidatos <del>efetivos e suplentes</del> , entregando-o à <del>Diretoria Executiva</del> Comissão Eleitoral.	
Art. 13º Um candidato somente poderá fazer parte de uma das chapas concorrentes, independente de qual órgão estatutário ao qual estiver concorrendo.	Art. 13º. Um candidato somente poderá fazer parte de uma das chapas concorrentes, independentemente do <del>qual</del> órgão estatutário ao qual estiver concorrendo.	
Art. 14º A Diretoria Executiva terá prazo de 1 (um) dia útil para encaminhar os pedidos de registro de chapas e a documentação dos candidatos ao coordenador da Comissão Eleitoral Originária.	<del>Art. 14º. A Diretoria Executiva terá prazo de 1 (um) dia para encaminhar os pedidos de registro de chapas e a documentação dos candidatos ao coordenador da Comissão Eleitoral.</del> Ocorrendo o falecimento de um candidato, a chapa poderá substituí-lo por meio de pedido formal, com a antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas do início da Assembleia Geral para eleição, desde que o novo candidato atenda a todos os requisitos legais e estatutários para ser eleição.	
<b>CAPÍTULO IV</b>	<b>CAPÍTULO IV</b>	
<b>DA CANDIDATURA PARA O CONSELHO FISCAL</b>	<b>DA CANDIDATURA PARA O CONSELHO FISCAL</b>	<b>EXCLUSÃO DO CF</b>

<b>Art. 15º</b> O processo eleitoral para ocupação dos cargos do Conselho Fiscal será realizado por meio do registro de chapas.	<del><b>Art. 15º</b> O processo eleitoral para ocupação dos cargos do Conselho Fiscal será realizado por meio do registro de chapas.</del>	
<b>Art. 16º</b> O pedido de registro de chapa para o Conselho Fiscal será conduzido de acordo com o previsto neste Regulamento, da mesma forma realizada para registro das chapas de eleição do Conselho de Administração.	<del><b>Art. 16º</b> O pedido de registro de chapa para o Conselho Fiscal será conduzido de acordo com o previsto neste Regulamento, da mesma forma realizada para registro das chapas de eleição do Conselho de Administração.</del>	
<b>CAPÍTULO V</b>	<del><b>CAPÍTULO V</b></del>	
<b>DA DOCUMENTAÇÃO DOS CANDIDATOS</b>	<del><b>DA DOCUMENTAÇÃO DOS CANDIDATOS</b></del>	
<b>Art. 17º</b> Os candidatos aos cargos eletivos desta Cooperativa apresentarão a seguinte documentação: <ul style="list-style-type: none"> <li><b>I.</b> cópias autenticadas de documento de identidade válido (contendo foto e assinatura), do Cadastro de Pessoa Física (CPF) e de comprovante de residência com prazo de emissão de, no máximo, 60 (sessenta) dias;</li> <li><b>II.</b> formulário cadastral preenchido e assinado pelo candidato;</li> <li><b>III.</b> declaração de elegibilidade assinada pelo candidato;</li> <li><b>IV.</b> curriculum vitae resumido do candidato;</li> </ul> apresentação de certidões expedidas pelos órgãos competentes relativas a processo crime ou inquérito policial, protesto de títulos, cobranças judiciais, emissão de cheques sem fundos, inadimplemento de obrigações e outras ocorrências ou circunstâncias análogas, inclusive as que tenham relação com o Sistema Financeiro Nacional.	<del><b>Art. 17º</b> Os candidatos aos cargos eletivos desta Cooperativa apresentarão a seguinte documentação:</del> <ul style="list-style-type: none"> <li><del><b>I.</b> cópias autenticadas de documento de identidade válido (contendo foto e assinatura), do Cadastro de Pessoa Física (CPF) e de comprovante de residência com prazo de emissão de, no máximo, 60 (sessenta) dias;</del></li> <li><del><b>II.</b> formulário cadastral preenchido e assinado pelo candidato;</del></li> <li><del><b>III.</b> declaração de elegibilidade assinada pelo candidato;</del></li> <li><del><b>IV.</b> curriculum vitae resumido do candidato;</del></li> </ul> <del>apresentação de certidões expedidas pelos órgãos competentes relativas a processo crime ou inquérito policial, protesto de títulos, cobranças judiciais, emissão de cheques sem fundos, inadimplemento de obrigações e outras ocorrências ou circunstâncias análogas, inclusive as que tenham relação com o Sistema Financeiro Nacional.</del>	
<b>Parágrafo único.</b> Os modelos de requerimentos de registros de chapas, formulário cadastral e declarações de elegibilidade serão fornecidos aos interessados pela Comissão Eleitoral Originária.	<del><b>Parágrafo único.</b> Os modelos de requerimentos de registros de chapas, formulário cadastral e declarações de elegibilidade serão fornecidos aos interessados pela Comissão Eleitoral Originária.</del>	
<b>CAPÍTULO VI</b>	<del><b>CAPÍTULO VI</b></del>	
<b>DAS CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE E OCUPAÇÃO DOS CARGOS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL</b>	<del><b>DAS CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE E OCUPAÇÃO DOS CARGOS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL</b></del>	

**Art. 18º** Constituem condições básicas de elegibilidade e exercício dos cargos do Conselho de Administração e Fiscal da Cooperativa, sem prejuízo de outras previstas em leis, no estatuto social e neste regulamento, bem como em normas aplicadas ao cooperativismo de crédito:

- I. ser associado pessoa natural da Cooperativa e ter operado regularmente com a Cooperativa nos últimos 12 (doze) meses;
- II. não ser cônjuge ou companheiro(a), nem possuir parentesco até 2º (segundo grau, em linha reta ou colateral, consanguíneos ou afins, com integrantes dos Conselhos de Administração e Fiscal e da Diretoria Executiva;
- III. não estar em exercício de cargo político, nos termos da legislação eleitoral e do Estatuto Social;
- IV. possuir capacitação técnica compatível com as atribuições do cargo, comprovada com base na formação acadêmica, experiência profissional ou em outros quesitos relevantes previstos em regras sistêmicas, por intermédio de documentos e declaração firmada, providências essas dispensadas nos casos de reeleição;
- V. estar aderente à política de sucessão de administradores;
- VI. ter reputação ilibada;
- VII. ser residente no País, nos casos de diretor, de sócio/administrador e de conselheiro fiscal;
- VIII. não estar impedido por lei especial, nem condenado por crime falimentar, de sonegação fiscal, de prevaricação, de corrupção ativa ou passiva, de concussão, de peculato, contra a economia popular, a fé pública, a propriedade ou o Sistema Financeiro Nacional, ou condenado a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos;

~~Art. 18º Constituem condições básicas de elegibilidade e exercício dos cargos do Conselho de Administração e Fiscal da Cooperativa, sem prejuízo de outras previstas em leis, no estatuto social e neste regulamento, bem como em normas aplicadas ao cooperativismo de crédito:~~

- ~~I. ser associado pessoa natural da Cooperativa e ter operado regularmente com a Cooperativa nos últimos 12 (doze) meses;~~
- ~~II. não ser cônjuge ou companheiro(a), nem possuir parentesco até 2º (segundo grau, em linha reta ou colateral, consanguíneos ou afins, com integrantes dos Conselhos de Administração e Fiscal e da Diretoria Executiva;~~
- ~~III. não estar em exercício de cargo político, nos termos da legislação eleitoral e do Estatuto Social;~~
- ~~IV. possuir capacitação técnica compatível com as atribuições do cargo, comprovada com base na formação acadêmica, experiência profissional ou em outros quesitos relevantes previstos em regras sistêmicas, por intermédio de documentos e declaração firmada, providências essas dispensadas nos casos de reeleição;~~
- ~~V. estar aderente à política de sucessão de administradores;~~
- ~~VI. ter reputação ilibada;~~
- ~~VII. ser residente no País, nos casos de diretor, de sócio/administrador e de conselheiro fiscal;~~
- ~~VIII. não estar impedido por lei especial, nem condenado por crime falimentar, de sonegação fiscal, de prevaricação, de corrupção ativa ou passiva, de concussão, de peculato, contra a economia popular, a fé pública, a propriedade ou o Sistema Financeiro Nacional, ou condenado a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos;~~

**DISPOSTO NO  
ESTATUTO SOCIAL**

<p><b>IX.</b> não estar declarado inabilitado ou suspenso para o exercício de cargos de conselheiro fiscal, de conselheiro de administração, de diretor ou de sócio/administrador em instituições financeiras ou em entidades de previdência complementar, sociedades seguradoras, sociedades de capitalização, companhias abertas ou entidades sujeitas à supervisão da Comissão de Valores Mobiliários;</p> <p><b>X.</b> não responder, nem qualquer empresa da qual seja controlador ou administrador, por protesto de títulos, cobranças judiciais, emissão de cheques sem fundos, inadimplemento de obrigações e outras ocorrências ou circunstâncias análogas;</p> <p><b>XI.</b> não estar declarado falido ou insolvente;</p> <p><b>XII.</b> não ter controlado ou administrado, nos 2 (dois) anos que antecedem a eleição ou nomeação, firma ou sociedade objeto de declaração de insolvência, liquidação, intervenção, falência ou recuperação judicial;</p> <p>não participar da administração ou deter 5% (cinco por cento) ou mais do capital de empresas de fomento mercantil, outras instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com exceção de cooperativa de crédito.</p>	<p><del>IX. não estar declarado inabilitado ou suspenso para o exercício de cargos de conselheiro fiscal, de conselheiro de administração, de diretor ou de sócio/administrador em instituições financeiras ou em entidades de previdência complementar, sociedades seguradoras, sociedades de capitalização, companhias abertas ou entidades sujeitas à supervisão da Comissão de Valores Mobiliários;</del></p> <p><del>X. não responder, nem qualquer empresa da qual seja controlador ou administrador, por protesto de títulos, cobranças judiciais, emissão de cheques sem fundos, inadimplemento de obrigações e outras ocorrências ou circunstâncias análogas;</del></p> <p><del>XI. não estar declarado falido ou insolvente;</del></p> <p><del>XII. não ter controlado ou administrado, nos 2 (dois) anos que antecedem a eleição ou nomeação, firma ou sociedade objeto de declaração de insolvência, liquidação, intervenção, falência ou recuperação judicial;</del></p> <p><del>não participar da administração ou deter 5% (cinco por cento) ou mais do capital de empresas de fomento mercantil, outras instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com exceção de cooperativa de crédito.</del></p>	
<p align="center"><b>CAPÍTULO VII</b></p>	<p align="center"><b>CAPÍTULO VII</b></p>	
<p align="center"><b>DOS EXAMES DOS PEDIDOS DE REGISTRO DE CHAPAS</b></p>	<p align="center"><del><b>DA DOCUMENTAÇÃO DOS CANDIDATOS</b></del> <b>DOS EXAMES DOS PEDIDOS DE REGISTRO DE CHAPAS/CANDIDATOS</b></p>	
<p><b>Art. 19º</b> A Comissão Eleitoral Originária é responsável pelo exame dos pedidos de registro de chapas e deve realizar, no mínimo, as seguintes atividades:</p> <p><b>I.</b> verificar se a documentação do pedido de registro de chapa ou de candidatura foi encaminhada no prazo fixado no Edital de Convocação e na forma instruída neste Regulamento;</p>	<p><del><b>Art. 19</b> A Comissão Eleitoral Originária é responsável pelo exame dos pedidos de registro de chapas e deve realizar, no mínimo, as seguintes atividades:</del></p> <p><del><b>I.</b> verificar se a documentação do pedido de registro de chapa ou de candidatura foi encaminhada no prazo fixado no Edital de Convocação e na forma instruída neste Regulamento;</del></p>	

avaliar, por meio de declaração de inexistência de restrições, assinada pelo candidato, se este possui as condições básicas para candidatura ao cargo de conselheiro.	<del>avaliar, por meio de declaração de inexistência de restrições, assinada pelo candidato, se este possui as condições básicas para candidatura ao cargo de conselheiro.</del>	
§ 1º A Comissão Eleitoral Originária realizará os exames disposto neste artigo e apresentará os resultados no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados do recebimento da documentação enviada pela Diretoria Executiva.	<del>§ 1º</del> <b>Art. 15º.</b> A Comissão Eleitoral <b>Originária</b> realizará os exames dispostos neste artigo e apresentará os resultados no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados do recebimento da documentação. <del>enviada pela Diretoria Executiva.</del>	
§ 2º Ao verificar que a documentação está incompleta ou apresenta falhas de formalização, o coordenador da Comissão Eleitoral Originária notificará os representantes da chapa ou os candidatos para regularizarem a falha apontada, até 2 (dois) dias úteis.	<del>§ 2º</del> <b>Art. 16.</b> Ao verificar que a documentação está incompleta ou apresenta falhas de formalização, o coordenador da Comissão Eleitoral <b>Originária</b> notificará os representantes da chapa ou os candidatos para regularizarem a falha apontada, em até 2 (dois) dias úteis.	
	<b>Art. 17.</b> Sanadas as falhas, a Comissão Eleitoral divulgará o <i>Termo de Registro de Chapas</i> , observando o disposto no art. 18.	
	<b>Art. 18.</b> As chapas perderão o direito de concorrer caso não atendam à solicitação mencionada no art. 16 no prazo exigido.	
<b>Art. 20º</b> Todo o processo de análise pela Comissão Eleitoral Originária será registrado por meio de atas de reunião, formalizadas e assinadas por todos os membros do grupo.	<b>Art. 19º.</b> Todo o processo de análise pela Comissão Eleitoral <b>Originária</b> será registrado por meio de atas de reunião, formalizadas e assinadas por todos os membros <del>do grupo</del> da Comissão.	
<b>CAPÍTULO VIII</b>	<b>CAPÍTULO VII</b>	
<b>DA DIVULGAÇÃO DAS CHAPAS INSCRITAS</b>	<b>DA DIVULGAÇÃO DAS CHAPAS/CANDIDATURAS INSCRITAS</b>	
<b>Art. 21º</b> No prazo de até 2 (dois) dias úteis, a contar do encerramento do prazo de registro de chapas ou de candidaturas, a Comissão Eleitoral Originária afixará nas dependências da Cooperativa o Termo de Registro de Chapas/Candidaturas.	<b>Art. 20º.</b> No prazo de até 2 (dois) dias úteis, a contar do encerramento do prazo de registro de chapas e/ou de candidaturas, a Comissão Eleitoral <b>Originária</b> <del>afixará nas dependências da Cooperativa</del> divulgará o Termo de Registro de Chapas/Candidaturas <b>habilitada, acompanhado da proposta de trabalho na sede da Cooperativa, nos PAs, no sítio eletrônico e em outros meios, físicos ou digitais que garantam a efetiva publicidade.</b>	

CAPÍTULO IX	CAPÍTULO <del>IX</del> VII	
DA IMPUGNAÇÃO DE CANDIDATURA	DA IMPUGNAÇÃO DE <del>CHAPAS</del> E CANDIDATURA	
SEÇÃO I	SEÇÃO I	
DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES	DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES	
<b>Art. 22º</b> O prazo para impugnação de candidatura é de 2 (dois) dias úteis, contados da fixação do Termo de Registro de Chapas/Candidaturas nas dependências da Cooperativa (sede e PA).	<b>Art. 21º.</b> O prazo para impugnação de <del>chapa</del> /candidatura é de 2 (dois) dias úteis, contados da <del>fixação—divulgação</del> do Termo de Registro de Chapas/Candidaturas <del>nas dependências da Cooperativa (sede e PA)</del> a que se refere o art. 20.	
<b>Art. 23º</b> A impugnação será proposta por meio de requerimento fundamentado, dirigido ao Presidente da Comissão Eleitoral Originária, que protocolará o requerimento e o encaminhará para análise da Comissão Eleitoral.	<b>Art. 22º.</b> A impugnação será proposta por meio de requerimento fundamentado, dirigido ao <del>Presidente da Comissão Eleitoral Originária</del> <del>Coordenador da Comissão Eleitoral</del> , que protocolará o requerimento e o encaminhará para análise da Comissão Eleitoral.	
<b>Art. 24º</b> A Comissão Eleitoral lavrará o respectivo termo de encerramento do prazo de impugnação, consignando as impugnações propostas e destacando nominalmente os impugnantes e os candidatos impugnados.	<b>Art. 23º.</b> A Comissão Eleitoral lavrará o respectivo termo de encerramento do prazo de impugnação, consignando as impugnações propostas e destacando nominalmente os impugnantes e os candidatos impugnados, <del>ou a inexistência de impugnação.</del>	
SEÇÃO II	SEÇÃO II	
DO EXAME	DO EXAME	
<b>Art. 25º</b> A Comissão Eleitoral decidirá sobre a procedência, ou não, da impugnação até 2 (dois) dias corridos antes da realização da eleição.	<b>Art. 24º.</b> A Comissão Eleitoral decidirá sobre a procedência, ou não, da impugnação, <del>por meio da análise do requerimento protocolado e do reexame da candidatura, em</del> até 2 (dois) corridos antes da realização da eleição.	
<b>Art. 26º</b> A Comissão Eleitoral comunicará a decisão a todos os interessados e, caso a impugnação seja procedente, notificará o responsável da chapa para providenciar a substituição do candidato impugnado.	<b>Art. 25º.</b> A Comissão Eleitoral comunicará a decisão a todos os interessados e, caso a impugnação seja procedente, notificará o responsável da chapa para providenciar a substituição do candidato impugnado.	
SEÇÃO III	SEÇÃO III	
DA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO	DA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO	
<b>Art. 27º</b> O candidato impugnado poderá contestar a impugnação, por meio da interposição de recurso, no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados da notificação, ao Coordenador da Comissão Eleitoral, que encaminhará o	<b>Art. 26º.</b> O candidato impugnado poderá <del>contestar</del> <del>interpor recurso da</del> impugnação, <del>por meio da interposição de recurso,</del> no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados da notificação, ao Coordenador da Comissão	



recurso para análise e deliberação da Assembleia Geral Ordinária.	Eleitoral, que encaminhará o recurso para análise e deliberação da Assembleia Geral Ordinária.	
<b>Art. 28º</b> O recurso deverá ser instruído com requerimento em duas vias, transcrevendo as razões de fato e de direto e com os devidos documentos comprobatórios.	<b>Art. 27º.</b> O recurso deverá ser instruído com requerimento em duas vias, transcrevendo as razões de fato e de direto, e com os devidos documentos comprobatórios, <b>sem prejuízo de que seja apresentado em meio eletrônico com a observância dos mesmos requisitos.</b>	
<b>Art. 29º</b> A Assembleia Geral Ordinária, previamente à votação, julgará o recurso interposto, como última instância, e decidirá com base nos fundamentos fáticos e legais sobre o caso, permitindo ou proibindo a participação do candidato impugnado na eleição.	<b>Art. 28º.</b> A Assembleia Geral Ordinária, previamente à votação, julgará o recurso interposto, como última instância, e decidirá com base nos fundamentos fáticos e legais sobre o caso, permitindo ou proibindo a participação do candidato impugnado na eleição.	
	<b>Art. 29.</b> Após a análise dos recursos, participarão da eleição os candidatos aptos a concorrer ao cargo e, havendo número de eleitos inferior àquele estabelecido pelo Estatuto Social, caberá ao Presidente convocar novas eleições para a complementação de membros do órgão estatutário.	
<b>CAPÍTULO X</b>	<b>CAPÍTULO <del>X</del> VIII</b>	
<b>DA RENÚNCIA DA CANDIDATURA</b>	<b>DA <del>RENÚNCIA DA CANDIDATURA</del> RECOMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b>	
<b>Art. 30º</b> Não será considerada a renúncia de qualquer candidato antes da eleição.	<b>Art. 30.º</b> <del>Não será considerada a renúncia de qualquer candidato antes da eleição.</del> As disposições previstas neste Regulamento Eleitoral quanto à indicação de Comissão Eleitoral, prazos e organização do processo não se aplicam à eleição para o preenchimento de cargo vago no Conselho de Administração, hipótese em que o substituto deverá ser previamente indicado pelo Conselho de Administração, para a deliberação da assembleia, observadas as condições de elegibilidade e os demais requisitos legais, estatutários e regulamentares.	
<b>Art. 31º</b> Se ocorrer o falecimento de um candidato, poderá substituí-lo por meio de pedido formal do representante da chapa, com antecedência de até 24	<b>Remanejado para o artigo 14</b>	

(vinte e quatro) horas do início da Assembleia Geral para eleição.		
<b>TÍTULO III</b>	<b>TÍTULO III</b>	
<b>DA CONDUÇÃO DO PROCESSO ELEITORAL</b>	<b>DA CONDUÇÃO DO PROCESSO ELEITORAL DA VOTAÇÃO</b>	
<b>CAPÍTULO I</b>	<b>CAPÍTULO I</b>	
<b>DA CÉDULA E LOCAL DE VOTAÇÃO</b>	<b>DA CÉDULA E LOCAL DE VOTAÇÃO VOTAÇÃO POR CÉDULA</b>	
<b>Art. 32º</b> A cédula de votação apresentará o nome das chapas que terá a sua frente um retângulo para que possa ser assinalado o voto.	<b>Art. 31º.</b> A cédula de votação apresentará o <del>das chapas que terá a sua frente um retângulo para que possa ser assinalado o voto</del> número da chapa, observada a ordem prevista no art. 12, ou os nomes dos candidatos e, à frente destes, um campo para que possa ser assinalado o voto.	
<b>Art. 33º</b> A cédula de votação será confeccionada em papel branco, opaco, pouco absorvente, em tinta preta e tipos uniformes, que ao ser dobrada resguardará o sigilo de voto, sem que seja necessária a utilização de cola para fechá-lo.	<b>Art. 32º.</b> A cédula de votação será confeccionada em papel branco, opaco, pouco absorvente, em tinta preta e tipos uniformes, que, ao ser dobrada, resguardará o sigilo de voto, sem que seja necessária a utilização de cola para fechá-la.	
<b>Art. 34º</b> As cédulas deverão apresentar a rubrica dos membros da Mesa Coletora de Votos, para que se possa garantir a veracidade da cédula.	<b>Art. 33º.</b> As cédulas deverão apresentar a rubrica dos membros da Mesa Coletora de Votos, para que se possa garantir a sua veracidade <del>da cédula</del> .	
<b>Art. 35º</b> A urna de votação deverá ser inviolável e suficientemente ampla para comportar as cédulas de votação à medida que forem sendo introduzidas.	<b>Art. 34º.</b> A urna de votação deverá ser inviolável e suficientemente ampla para comportar as cédulas de votação <del>à medida que forem sendo introduzidas</del> .	
<b>Art. 36º</b> A cabine de votação será privada para o ato de votar.	<b>Art. 35º.</b> A cabine de votação será privada para o ato de votar.	
<b>Art. 37º</b> Quando houver a inscrição de apenas uma chapa, a Assembleia Geral poderá optar pela votação aberta dos candidatos que compõem a chapa.	<b>Art. 36º.</b> Quando houver a inscrição de apenas uma chapa, a Assembleia Geral poderá optar pela votação aberta <del>dos candidatos que compõem a chapa</del> .	
	<b>CAPÍTULO II</b>	
	<b>DA VOTAÇÃO ELETRÔNICA</b>	
	<b>Art. 37.</b> A Assembleia Geral poderá utilizar o sistema eletrônico Sicoob Moob para a realização da eleição, observadas as regras do sistema para utilização e apuração de votos.	



	<b>Parágrafo único.</b> Constatada instabilidade no sistema de votação utilizado pela Cooperativa que impossibilite a realização da eleição por meio eletrônico, excepcionalmente, poderá ser utilizado outro mecanismo para resguardar a participação do cooperado, observando a viabilidade e a lisura do processo eleitoral.	
<b>CAPÍTULO II</b>	<b>CAPÍTULO III</b>	
<b>DA COLETA DOS VOTOS</b>	<b>DA COLETA DOS VOTOS</b>	
<b>Art. 38º</b> O Presidente da Assembleia Geral nomeará um Presidente e um coordenador para compor a Mesa Coletora de Votos, e as chapas indicarão os mesários.	<b>Art. 38º.</b> O Presidente da Assembleia Geral nomeará um Presidente e um Coordenador para compor a Mesa Coletora de Votos, e os candidatos indicarão os mesários.	
<b>Parágrafo único.</b> A critério do Presidente da Assembleia Geral, a presidência e a coordenação da Mesa Coletora de Votos poderão ficar sob a responsabilidade da Comissão Eleitoral.	<b>Parágrafo único.</b> A critério do Presidente da Assembleia Geral, a Presidência e a Coordenação da Mesa Coletora de Votos poderão ficar sob a responsabilidade da Comissão Eleitoral.	
<b>Art. 39º</b> Os candidatos poderão indicar um representante para trabalhar como fiscal dos trabalhos de eleição.	<b>Art. 39º.</b> Os candidatos poderão indicar um representante para <del>trabalhar como fiscal dos</del> fiscalizar os trabalhos de eleição, inclusive acompanhando a votação por meio eletrônico.	
<b>Art. 40º</b> Todos os candidatos deverão estar presentes no ato de abertura da votação, durante a coleta dos votos e no encerramento da eleição, salvo motivo de força maior.	<b>Art. 40º.</b> <del>Todos os candidatos deverão estar</del> <b>Recomenda-se que os candidatos estejam</b> presentes no ato de abertura da votação, durante a coleta dos votos e no encerramento da eleição, salvo motivo de força maior.	
<b>Art. 41º</b> Não comparecendo o coordenador da Mesa Coletora de Votos até 15 (quinze) minutos antes da hora determinada para início da votação assumirá a coordenação o primeiro mesário e, na falta ou impedimento deste, o segundo mesário, e assim sucessivamente.	<b>Art. 41º.</b> Não comparecendo o Coordenador da Mesa Coletora de Votos até 15 (quinze) minutos antes da hora determinada para o início da votação, assumirá a coordenação o primeiro mesário e, na falta ou no impedimento deste, o segundo mesário, e assim sucessivamente.	
<b>Art. 42º</b> Não comparecendo os membros da Mesa ou sendo estes em número inferior a 4 (quatro), o Presidente da Mesa Coletora de Votos solicitará que o Presidente da Assembleia Geral indique, entre os	<b>Art. 42º.</b> Não comparecendo os membros da Mesa ou sendo estes em número inferior a 4 (quatro), o Presidente da Mesa Coletora de Votos solicitará que o Presidente da Assembleia Geral indique, entre os	

associados presentes, a quantidade de pessoas necessárias para compor a Mesa.	associados presentes, a quantidade de pessoas necessárias para compor a Mesa.	
<b>Art. 43º</b> Nenhuma pessoa estranha à direção da Mesa Coletora de Votos poderá intervir durante os trabalhos de votação.	<b>Art. 43º.</b> Nenhuma pessoa estranha à direção da Mesa Coletora de Votos poderá intervir durante os trabalhos de votação.	
<b>Art. 44º</b> Encerrados os trabalhos de votação, a urna será lacrada e rubricada pelos fiscais.	<b>Art. 44º.</b> Nas hipóteses de votação presencial, encerrados os trabalhos de votação, a urna será lacrada e rubricada pelos fiscais.	
<b>Art. 45º</b> O coordenador da Mesa entregará ao presidente da Mesa Apuradora dos Votos, mediante recibo, todo o material utilizado durante a votação.	<b>Art. 45º.</b> O coordenador da Mesa entregará ao presidente da Mesa Apuradora dos Votos, mediante recibo, todo o material utilizado durante a votação.	
<b>CAPÍTULO III</b>	<b>CAPÍTULO IIIIV</b>	
<b>DA APURAÇÃO DOS VOTOS</b>	<b>DA APURAÇÃO DOS VOTOS</b>	
<b>Art. 46º</b> A apuração dos votos será instalada imediatamente após o encerramento da votação.	<b>Art. 46º.</b> A apuração dos votos será instalada imediatamente após o encerramento da votação.	
<b>Art. 47º</b> Finda a apuração, os componentes da Mesa Apuradora dos Votos farão lavrar a ata dos trabalhos eleitorais, a qual deverá mencionar obrigatoriamente: <ul style="list-style-type: none"> <li>I. local, dia e hora de abertura e encerramento dos trabalhos;</li> <li>II. resultado da urna apurada, especificando: <ul style="list-style-type: none"> <li>a) número de associados com direito a voto;</li> <li>b) cédulas apuradas;</li> <li>c) votos atribuídos a cada chapa registrada;</li> <li>d) votos em branco;</li> <li>e) votos nulos;</li> <li>f) número total de associados que votaram;</li> <li>g) resultado geral da apuração;</li> <li>h) resumo de eventuais protestos;</li> </ul> </li> </ul> proclamação dos eleitos.	<b>Art. 47º.</b> Finda a apuração, os componentes da Mesa Apuradora dos Votos lavrarão a ata dos trabalhos eleitorais, a qual deverá mencionar, obrigatoriamente: <ul style="list-style-type: none"> <li>I. local, dia, e hora de abertura e encerramento dos trabalhos;</li> <li>II. resultado da urna apurada, especificando: <ul style="list-style-type: none"> <li>a) número de associados com direito a voto;</li> <li>b) cédulas apuradas;</li> <li>c) votos atribuídos a cada candidato registrado;</li> <li>d) votos em branco;</li> <li>e) votos nulos;</li> <li>f) número total de associados que votaram;</li> <li>g) resultado geral da apuração;</li> <li>h) resumo de eventuais protestos;</li> </ul> </li> </ul> proclamação dos eleitos.	
<b>Art. 48º</b> A fim de assegurar eventual recontagem de votos, as cédulas apuradas permanecerão sob a guarda dos componentes da Mesa Apuradora dos Votos, até a proclamação final do resultado da eleição.	<b>Art. 48º.</b> A fim de assegurar eventual recontagem de votos, as cédulas apuradas e o relatório de votação eletrônica permanecerão sob a guarda dos componentes da Mesa Apuradora dos Votos, <del>até a proclamação final do resultado da eleição</del> porém	

	arquivados na Cooperativa, pelo prazo de 4 (quatro) anos.	
	<b>Art. 49.</b> A apuração do voto eletrônico será realizada de acordo com os procedimentos do Sicoob Moob e acompanhada virtualmente pela Mesa Apuradora de Votos.	
<b>CAPÍTULO IV</b>	<b>CAPÍTULO <del>IV</del></b>	
<b>DA DECLARAÇÃO DOS ELEITOS</b>	<b>DA DECLARAÇÃO DOS ELEITOS</b>	
<b>Art. 49°</b> Será considerada vencedora a chapa que alcançar a maioria de votos válidos dos associados.	<b>Art. <del>49°</del>50.</b> Será considerada vencedora a chapa que alcançar a maioria de votos válidos dos associados.	
<b>Art. 50°</b> Havendo empate deverá ser realizada nova Assembleia Geral no prazo indicado no comunicado citado no art 3º deste Regulamento Eleitoral.	<b>Art. <del>50°</del> 51.</b> Havendo empate, <del>deverá ser realizada nova Assembleia Geral, no prazo</del> será avaliado o critério como desempate a idade e tempo de associação, a chapa que tiver a maior soma de idade e tempo de associação, das pessoas naturais, será a vencedora, conforme indicado no comunicado citado no art. <del>3º</del> 8º deste Regulamento Eleitoral.	
	<b>TÍTULO IV</b>	
	<b>DO PROCESSO ELEITORAL SEMIPRESENCIAL OU A DISTÂNCIA</b>	
	<b>Art. 52.</b> O processo eleitoral para o preenchimento dos cargos dos conselhos de Administração poderá ser realizado de forma semipresencial ou a distância, nos termos dos normativos sistêmicos e internos da Cooperativa, e da legislação e regulamentação em vigor.	
	<b>Parágrafo único.</b> Em caso de adoção do processo eleitoral semipresencial ou a distância, a Cooperativa divulgará todas as informações e os detalhes no comunicado citado no art. 8º deste Regulamento.	
<b>TÍTULO IV</b>	<b>TÍTULO <del>IV</del> V</b>	
<b>DAS DISPOSIÇÕES FINAIS</b>	<b>DAS DISPOSIÇÕES FINAIS</b>	
	<b>Art. 53</b> Casos omissos neste Regulamento, que possam impactar o processo eleitoral, deverão ser apreciados pela Assembleia Geral.	
	<b>Art. 54.</b> Todos os participantes das reuniões da Comissão Eleitoral, incluindo os membros da Comissão e	

	técnicos da cooperativa que porventura venham a participar das reuniões, têm por obrigação ética, legal e profissional manter sigilo das informações relacionadas às reuniões da Comissão, tornando-se legalmente responsáveis por quaisquer eventuais divulgações indevidas – exceto aquelas necessárias ao correto desempenho de suas atribuições e quando da assembleia geral para a deliberação da matéria.	
	<b>Art. 55.</b> Os prazos previstos neste Regulamento serão contados em dias corridos, excluindo-se o dia de início e incluindo o dia final.	
	<b>Parágrafo único.</b> Caso o prazo final coincida com fim de semana ou feriado, fica automaticamente prorrogado para o primeiro dia útil seguinte.	
<b>Art. 51º</b> Este Regulamento foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária em 11/03/2022 e entra em vigor na data de publicação.	<b>Art. <del>51</del>–56.</b> Este Regulamento foi aprovado na 35ª Assembleia Geral Extraordinária em 19/02/2025 e entra em vigor na data de publicação.	

**ANEXO I****Modelo de requerimento de registro de chapa/candidatura**

À  
Cooperativa \_\_\_\_\_  
Comissão Eleitoral  
Cidade – UF

**Assunto: Requerimento de registro de chapa/candidatura.**

1. Referimo-nos ao assunto em epígrafe para requerer o registro da chapa/candidatura para o Conselho de Administração da **Cooperativa de Crédito Credlíder – Sicoob Credlíder**, composta pelos seguintes candidatos:

- a) \_\_\_\_\_ (**nome do candidato**) – Presidente;
- b) \_\_\_\_\_ (**nome do candidato**) – Vice-Presidente;
- c) \_\_\_\_\_ (**nome do candidato**) – Conselheiro Vogal;
- d) \_\_\_\_\_ (**nome do candidato**) – Conselheiro vogal;
- e) \_\_\_\_\_ (**nome do candidato**) – Conselheiro vogal;

2. Apresentamos, anexados, os documentos dos candidatos inscritos requisitados na regulamentação aplicável, bem como as informações relacionadas a seguir:

- a) \_\_\_\_\_ (nome completo do candidato): telefone e endereço eletrônico;
- b) \_\_\_\_\_ (nome completo do candidato), telefone e endereço eletrônico;
- c) \_\_\_\_\_ (nome completo do candidato): telefone e endereço eletrônico;
- d) \_\_\_\_\_ (nome completo do candidato): telefone e endereço eletrônico;
- e) \_\_\_\_\_ (nome completo do candidato): telefone e endereço eletrônico.

3. Finalizando, mantemo-nos à disposição para oferecer outras informações julgadas necessárias para o exame do pleito.

\_\_\_\_\_ (UF), \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_  
(nome e assinatura de todos os inscritos na chapa/candidatos)

## ANEXO II

### DECLARAÇÕES E AUTORIZAÇÕES – CANDIDATO PARA OCUPAÇÃO DE CARGO ESTATUTÁRIO

Eu, ... (nome do candidato), tendo em vista a minha participação no processo eleitoral para a ocupação do cargo de xxx (citar o órgão estatutário) da... (citar a cooperativa singular de crédito), declaro que:

#### OBSERVAÇÃO:

Em caso de resposta afirmativa para qualquer um dos questionamentos, deve(m) ser registrada(s), em *Ocorrências*, a natureza, a situação da ocorrência e a justificativa para que os fatos não sejam considerados restritivos para o cumprimento dos requisitos e das condições regulamentares estabelecidos, juntando a esta declaração a documentação comprobatória que julgar pertinente. Devem ser incluídas todas as ocorrências, independentemente de sua relevância.

Em caso de resposta negativa, registrar, em *Ocorrências*, a expressão "nada a declarar".

I – cumpro o requisito reputação ilibada, inclusive em relação às seguintes questões:

a) responde por processo criminal ou inquérito policial?

Sim ( ) Não ( )

Ocorrências: (detalhar ou informar "nada a declarar")

b) responde por processo judicial ou administrativo que tenha relação com o Sistema Financeiro Nacional ou o Sistema de Pagamentos Brasileiro?

Sim ( ) Não ( )

Ocorrências: (detalhar ou informar "nada a declarar")

c) responde por processo relativo a insolvência, liquidação, intervenção, falência ou recuperação judicial?

Sim ( ) Não ( )

Ocorrências: (detalhar ou informar "nada a declarar")

d) responde por inadimplemento de obrigações?

Sim ( ) Não ( )

Ocorrências: (detalhar ou informar "nada a declarar")

II – cumpro as condições para o exercício do cargo para o qual estou me candidatando, especificadas nas seguintes questões:

a) está impedido por lei especial, condenado por crime falimentar, de sonegação fiscal, de prevaricação, de corrupção ativa ou passiva, de concussão, de peculato, contra a economia popular, a fé pública, a propriedade ou o Sistema Financeiro Nacional, ou condenado a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos?

Sim ( ) Não ( )

Ocorrências: (detalhar ou informar "nada a declarar")

b) está declarado inabilitado ou suspenso para o exercício de cargos em órgãos estatutários ou contratuais em instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou em entidades de previdência complementar, sociedades seguradoras, sociedades de capitalização, companhias abertas ou entidades sujeitas à supervisão da Comissão de Valores Mobiliários?

Sim ( ) Não ( )

Ocorrências: (detalhar ou informar "nada a declarar")

c) está declarado falido ou insolvente?

Sim ( ) Não ( )

Ocorrências: (detalhar ou informar "nada a declarar")

III – cumpro as demais condições exigidas pela legislação e pela regulamentação em vigor para o exercício do cargo para o qual estou me candidatando, inclusive as assinaladas a seguir:

[ ] sou residente no País;

[ ] sou associado da instituição para a qual estou me candidatando e preencho os requisitos estatutários de associação (salvo se conselheiro independente);

[ ] não exerço cargos de presidente ou vice-presidente do Conselho de Administração ou de diretor executivo de cooperativa singular de crédito, de cooperativa central de crédito ou de confederação integrantes do mesmo sistema cooperativo, bem como cargos de presidente ou vice-presidente do Conselho de Administração ou de diretor executivo do Fundo Garantidor do Cooperativismo de

Crédito (FGCoop); *(em caso de candidato para presidente ou vice-presidente de Conselho de Administração)*

[ ] não exerço, no mesmo sistema cooperativo, cargos em Conselho de Administração de cooperativa singular de crédito ou em Diretoria Executiva de cooperativa singular de crédito, de cooperativa central de crédito ou de confederação constituída por cooperativas centrais de crédito; *(em caso de candidato para conselho fiscal)*

[ ] não exerço, no mesmo sistema cooperativo, cargo de conselheiro fiscal em cooperativas de crédito ou em confederações de serviço; *(em caso de candidato para Conselho de Administração)*

[ ] não participo da administração de outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, exceto nos casos previstos no inc. I do art. 38 da Resolução CMN nº 5.051, de 25/11/2022;

[ ] não detenho 5% (cinco por cento) ou mais do capital de outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – exceto cooperativas de crédito – e não participo do capital de sociedades de fomento mercantil;

IV – possuo capacitação técnica compatível com as funções a serem exercidas no curso do mandato, envolvendo as seguintes competências e qualificações: *(em caso de candidato para cargos de administração, exceto na hipótese de mandato em vigor na própria instituição, desde que anteriormente autorizado pelo Banco Central do Brasil)*

Detalhar:

a) nível de escolaridade/formação acadêmica;

b) cursos de capacitação e/ou de pós-graduação relacionados com as funções do cargo;

c) experiências profissionais compatíveis com as funções do cargo, contemplando os respectivos períodos.

VI – estou ciente dos princípios que regem o tratamento de dados pessoais e dos direitos dos titulares dos dados previstos, respectivamente, nos arts. 6º e 18 da Lei nº 13.709, de 14/8/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

## **AUTORIZAÇÕES**

AUTORIZO a ... (denominação da cooperativa singular e da cooperativa central à qual a cooperativa singular de crédito é filiada), na verificação do cumprimento dos requisitos e das condições estabelecidos na Resolução CMN nº 4.970/2021, na Resolução nº 5051/2022, no Regulamento Eleitoral e no Estatuto Social, tendo em vista o processo eleitoral do qual estou participando a:

a) ter acesso a informações a meu respeito, constantes de qualquer sistema público ou privado de cadastro e informações, incluindo processos e procedimentos judiciais ou administrativos e inquéritos policiais;

b) realizar o tratamento e o uso compartilhado de dados pessoais de minha titularidade, inclusive daqueles considerados sensíveis, nos termos do inc. II do art. 5º da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), e daqueles acobertados por outras espécies de sigilo, a exemplo do sigilo bancário de que trata a Lei Complementar nº 105/2001;

c) se eleito, ter acesso a qualquer informação, protegida por sigilo legal ou não, ou documentos relacionados à análise pelo Banco Central do Brasil do meu nome para o exercício do cargo e enquanto durar meu mandato;

d) se eleito, ter ciência da tramitação dos respectivos processos de autorização, monitoramento ou supervisão e obter cópias de documentos neles contidos, inclusive os que contenham dados de minha titularidade protegidos por qualquer espécie de sigilo, mesmo aqueles considerados sensíveis, nos termos do art. 5º, inciso II, da Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

## **DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE**

ASSUMO integral responsabilidade pela fidelidade das declarações ora prestadas – ficando a Cooperativa xx e a Central xxx, desde já, autorizadas a delas fazerem o uso que lhe aprouver, nos limites legais, em juízo ou fora dele – e ESTOU CIENTE de que a falsidade ou a omissão nas declarações, ou, ainda, a discrepância entre as declarações e os fatos, ou os dados apurados na análise do processo eleitoral, poderá acarretar o indeferimento do pedido de candidatura, bem como configurar crime, sujeito à aplicação de sanções legais e regulamentares.

Local e data

Nome e assinatura do candidato